

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.155 - MT (2019/0331876-3)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : L G DA S (PRESO)
ADVOGADO : LUIZ CARLOS REZENDE - MT008987
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus** interposto por L G DA S, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso**.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi denunciado e teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 171, caput, 288, **caput**, e 298, **caput**, todos do Código Penal (fl. 73).

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação da decisão que decretou a prisão preventiva do ora recorrente. O eg. Tribunal de origem, à unanimidade, denegou a ordem, em v. acórdão assim ementado:

"HABEAS CORPUS - ART. 171, CAPUT, C/C ART. 288, CAPUT, E 298, TODOS DO CÓDIGO PENAL - PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA COM FULCRO NA APLICAÇÃO DA LEI PENAL E GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - 1) ALEGADA CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E SUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - IMPERTINÊNCIA - EXPOSIÇÃO SATISFATÓRIA DA PRESENÇA CUMULATIVA DO FUMUS COMISSI DELICTI E DO PERICULUM LIBERTATIS - EVIDÊNCIAS DE EVASÃO DO DISTRITO DA CULPA - RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA - INSUFICIÊNCIA DAS RESTRIÇÕES MENOS DRÁSTICAS - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO - 2) ORDEM DENEGADA

1. Corretamente decretada a prisão preventiva, com fulcro nos requisitos e pressupostos normativos, dispostos nos artigos 312 e 313 do CPP, quando o paciente é expulso de País vizinho e, posteriormente, não é encontrado no endereço dos autos, há de se concluir que vem mantendo-se foragido na intenção de dificultar a sua localização, para, assim frustrar sua

eventual responsabilização criminal, a justificar que seja retirado cautelarmente do meio social para resguardar a aplicação da lei penal.

Apresenta-se legítimo o decreto da prisão preventiva que se encontra lastreado também no risco de reiteração delitiva, haja vista o histórico criminal que o increpado apresenta, fator que evidencia a periculosidade social que possui, a justificar que seja retirado cautelarmente do meio social para garantir a ordem pública, revelando-se insuficiente a mera vinculação às restrições menos severas, previstas no art. 319 do CPP, por se mostrarem tais medidas inócuas para o resguardo da segurança de todos os cidadãos.

2. Constrangimento ilegal não demonstrado. Custódia cautelar mantida." (fls. 97-98) .

Daí o presente recurso ordinário, no qual alega a Defesa que o recorrente estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão de que *"diferentemente do que se justificou para a decretação da prisão, o Recorrente jamais teve a intenção de empreender fuga do distrito da culpa"* (fl. 124).

Defende, nesse sentido, que: *"o Recorrente se dirigiu sim ao País vizinho, com o intuito de fazer tratamento de saúde, uma vez que é portador de doença cardíaca"* (fl. 124) .

Argumenta que: *"em que pese os antecedentes criminais do Recorrente, verifica-se no caso presente que não se impunha ao mesmo nenhuma condição ou impedimento a ser cumprido, sequer a comunicação de viagem"* (fl. 125).

Aduz a ausência de fundamentação idônea da decisão que determinou sua segregação cautelar.

Pondera que o recorrente possuiria condições pessoais favoráveis sendo possível a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Pedido de liminar indeferido às fls. 141-143.

O Ministério Público Federal, às fls. 148-151, manifestou-se pelo **desprovemento do recurso**, em parecer ementado nos seguintes termos:

"EMENTA: RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTELIONATO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RÉU QUE RESPONDE A OUTROS PROCESSOS CRIMINAIS E É REINCIDENTE NO CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. TENTATIVA DE FUGA DO DISTRITO DA CULPA. GARANTIA DO CUMPRIMENTO DA LEI PENAL. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. Parecer pelo desprovemento do recurso ordinário" (fl. 148).

É o relatório.

Decido.

Pretende o recorrente, **em síntese**, por meio do presente recurso ordinário, a revogação da prisão preventiva.

Inicialmente, quanto a alegação de que *"diferentemente do que se justificou para a decretação da prisão, o Recorrente jamais teve a intenção de empreender fuga do distrito da culpa"* e que *"o Recorrente se dirigiu sim ao País vizinho, com o intuito de fazer tratamento de saúde, uma vez que é portador de doença cardíaca"* (fl. 124), o Tribunal **a quo** manifestou:

"E, em relação ao periculum libertatis, a d. autoridade judiciária ressaltou a imprescindibilidade da restrição à liberdade para assegurar a aplicação da lei penal, em razão das evidências de que estaria se evadindo de eventual responsabilização criminal, bem como, ao argumento da necessidade da segregação para garantir a ordem pública, tendo em vista o risco de reiteração delitiva.

Com efeito, examinando a prova amealhada ao processo eletrônico, extrai-se a existência de relevantes indicativos que demonstram que o increpado evadiu-se do distrito da culpa com a clara intenção de frustrar a aplicação da lei penal.

Isso porque, apesar do paciente ter sido interrogado durante a instrução processual, após o término da fase instrutória, o beneficiário deslocou-se de forma irregular para a Bolívia, tanto que foi expulso, e até o presente momento encontra-se foragido, na tentativa de evitar a consolidação

do direito estatal de punir.

E, conquanto a i. defesa tenha sustentado a versão de que o increpado estava no País vizinho para um tratamento de saúde, não trouxe aos autos qualquer prova idônea capaz de atestá-la, a impedir, por ora e na via estreita do habeas corpus, o acolhimento da tese defensiva.

Demais a isso, ao que se pode constatar, a custódia provisória foi-lhe imposta na data de 06/08/2019, sem notícia do cumprimento do mandado de prisão até a presente data.

Sendo assim, há de se concluir que o favorecido nessa ordem, vem mantendo-se foragido, não sendo mais localizado no endereço constante nos autos, sem que tenha informado ao juízo o local onde poderia ser encontrado o que evidencia um claro intento de evitar uma possível responsabilização criminal, a justificar o decreto de sua prisão preventiva, com o objetivo de resguardar a finalidade útil do processo criminal, possibilitando que o Estado eventualmente exercite o seu direito de punir" (fls. 101-102-grifei).

O Tribunal consignou: *"E, conquanto a i. defesa tenha sustentado a versão de que o increpado estava no País vizinho para um tratamento de saúde, não trouxe aos autos qualquer prova idônea capaz de atestá-la, a impedir, por ora e na via estreita do habeas corpus, o acolhimento da tese defensiva.* Concluir em sentido contrário ao decido pelo Tribunal **a quo** demandaria revolvimento fático-probatório, inviável na via estreita do habeas corpus.

Deve-se consignar que a prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do artigo 312 do Código de Processo Penal.

A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores (**v.g. HC n. 93.498/MS, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJe de 18/10/2012**).

Nesse sentido é a sedimentada jurisprudência desta eg. Corte: **HC n. 449.354/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJe de 28/06/2018; HC n. 423.503/SP, Sexta Turma, Rel^a. Min^a. Maria Thereza de**

Assis Moura, DJe de 14/03/2018; RHC n. 82.459/CE , **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 22/09/2017; AgRg no HC n. 382.353/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 04/04/2017.

Tal advertência, contudo, não se aplica ao caso em exame. Transcrevo, para delimitar **a quaestio**, o seguinte excerto da r. decisão que decretou a prisão cautelar, **in verbis**:

*"Ademais, quanto aos fundamentos da medida cautelar **tenho que sua prisão preventiva se faz necessária para a aplicação da lei penal, uma vez que por meio dos documentos acostados às fls. 199/202 verifica-se que o mesmo foi expulso da Bolívia em 10 de junho de 2019 eis que em situação irregular no referido País, fato este que leva a crer em sua intenção de empreender fuga do distrito da culpa e se eximir de sua responsabilidade penal, vez que se encontra respondendo a presente ação.***

[...]

Além disso, cabe ressaltar a latente reiteração criminosa do denunciado, eis que compulsando o histórico delitivo do mesmo (certidão de antecedentes criminais), verifica-se que este é contumaz na prática de crimes respondendo além desta ação, outras três ações penais (código 461786/Cuiabá. 577452/Várzea Grande, 58655/Primavera do Leste, e ostenta ainda uma condenação com trânsito em julgado pelo crime de tráfico de drogas (autos código 55172/Vara Criminal)" (fls. 54-57, grifei).

Extrai-se, ainda, do acórdão objurgado:

"Quanto ao fumus comissi delicti, o d. magistrado singular ressaltou que os elementos informativos contidos durante a instrução processual, tais como as declarações colhidas em juízo, dão conta do provável envolvimento do paciente no cenário criminoso, sendo, em tese, um dos coautores dos delitos praticados, a satisfazer os indícios de autoria e a prova da materialidade delitiva.

E, em relação ao periculum libertatis, a d. autoridade judiciária ressaltou a improrrogabilidade da restrição à liberdade para assegurar a aplicação da lei penal, em razão das evidências de que estaria se evadindo de eventual responsabilização criminal, bem como, ao argumento da necessidade da segregação para garantir a ordem pública, tendo em vista o risco de reiteração delitiva.

Com efeito, examinando a prova amealhada ao processo eletrônico, extraí-se a existência de relevantes indicativos que demonstram que o increpado evadiu-se do distrito da culpa com a clara intenção de frustrar a

aplicação da lei penal.

Isso porque, apesar do paciente ter sido interrogado durante a instrução processual, após o término da fase instrutória, o beneficiário deslocou-se de forma irregular para a Bolívia, tanto que foi expulso, e até o presente momento encontra-se foragido, na tentativa de evitar a consolidação do direito estatal de punir.

E, conquanto a i. defesa tenha sustentado a versão de que o increpado estava no País vizinho para um tratamento de saúde, não trouxe aos autos qualquer prova idônea capaz de atestá-la, a impedir, por ora e na via estreita do habeas corpus, o acolhimento da tese defensiva.

Demais a isso, ao que se pode constatar, a custódia provisória foi-lhe imposta na data de 06/08/2019. sem notícia do cumprimento do mandado de prisão até a presente data.

Sendo assim, há de se concluir que o favorecido nessa ordem, vem mantendo-se foragido, não sendo mais localizado no endereço constante nos autos, sem que tenha informado ao juízo o local onde poderia ser encontrado o que evidencia um claro intento de evitar uma possível responsabilização criminal, a justificar o decreto de sua prisão preventiva, com o objetivo de resguardar a finalidade útil do processo criminal, possibilitando que o Estado eventualmente exercite o seu direito de punir.

[...]

Não bastasse isso, o juízo a quo também fundamentou a imprescindibilidade da segregação para garantia da ordem pública em razão do risco de reiteração delitiva. evidenciado pelos antecedentes do beneficiário.

Com efeito, a conclusão alcançada pelo juízo a quo não destoa do contexto dos autos, uma vez que em consulta ao sistema informativo deste e. Sodalício, verifico que, além do feito correlato, o paciente também responde, no mínimo, aos seguintes processos criminais:

A) Ação Penal 1634-29.2017.811.0042 - código 461786 em trâmite na 5ª Vara Criminal da Comarca de Cuiabá/MT, que apura a suposta prática dos crimes previstos no art. artigo 180, caput, c/c artigo 311, caput, c/c artigo 304 nas penas cominadas ao artigo 297, todos do Código Penal e em concurso material conforme artigo 69 do Código Penal.

B) Ação Penal 6018-65.2008.811.0037 - código 58655 em trâmite na Vara Criminal da Comarca de Primavera do Leste/MT, que apura a suposta prática dos crimes previstos no art. 297 do CP.

C) Processo Executivo de Pena nº 4393-70.2012.811.0064 e código nº 606575, no qual cumpre a pena de 03 (três) anos e 08 (oito) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 443 (quatrocentos e quarenta e três) dias-multa, pela prática dos crimes previstos no art. 33 da Lei nº 11.343/06, cuja guia foi extraída dos autos da ação penal nº 3128-56.2008.811.0037 - Código 55172 da comarca de Primavera do Leste/MT.

Com isso, da mesma forma como afirmou a d. autoridade

impetrada, considero imprescindível a prisão preventiva do paciente como uma resposta ao comportamento delituoso que aparentemente vem mantendo, especialmente porque, diante do histórico criminoso por ele ostentado, infere-se que se trata de uma pessoa habitual no cometimento de condutas delituosas, a gerar um risco concreto de que, em liberdade, permaneça com tais atitudes ilícitas, pois revela uma periculosidade social e propensão à prática delitiva, sendo incapaz de controlar-se no meio social, demonstrando, até mesmo, uma certeza pela impunidade" (fls. 96-120-grifei).

Ora, da análise dos excertos acima transcritos, observa-se que a segregação cautelar do recorrente está devidamente fundamentada em **dados concretos extraídos dos autos**, que evidenciam de maneira incontestada a necessidade da prisão seja para **garantia da aplicação penal**, notadamente em razão de que o recorrente **se evadiu do distrito da culpa e ainda não há notícias do cumprimento do mandado de prisão, cuja custódia provisória foi-lhe imposta na data de 06/08/2019**, circunstancia que justifica a segregação cautelar.

Acerca do tema, cito os seguintes precedentes desta eg. Corte Superior:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECORRENTE APONTADO COMO "MATADOR" E GERENTE DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA VOLTADA AO TRÁFICO DE DROGAS. NECESSIDADE DE SE INTERROMPER A ATUAÇÃO DE INTEGRANTES DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS. REITERAÇÃO DELITIVA. RECORRENTE FORAGIDO. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do art. 312 do CPP.

II - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam de maneira incontestada a necessidade da

prisão para garantia da ordem pública, seja em razão de o recorrente ter sido apontado como "o matador, além de fazer o gerenciamento do tráfico" da associação criminosa voltada ao tráfico de drogas, devendo-se ressaltar, ainda, que os agentes faziam uso "de armas de fogo, além de meios violentos para garantir o êxito na execução de suas atividades", conforme consignado pelas instâncias ordinárias; seja pelo fundado receio de reiteração delitiva, haja vista o fato de o recorrente ser "reincidente pela prática de roubo duplamente majorado, foi condenado (sem trânsito em julgado por tráfico de drogas), responde por associação para o tráfico, e, ainda, consta em sua certidão de antecedentes um registro por suposta prática de tráfico de drogas e participação em organização criminosa", o que revela a probabilidade de repetição de condutas tidas por delituosas, sendo imperiosa a imposição da medida extrema. Precedentes.

III - "A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (HC n. 95.024/SP, Primeira Turma, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia, DJe de 20/02/2009).

IV - A Jurisprudência dessa Corte Superior se firmou no sentido de que a devida caracterização da fuga do distrito da culpa enseja motivo suficiente a embasar a manutenção da constrição cautelar decretada, não havendo que se falar em qualquer constrangimento ilegal na hipótese. Precedentes.

V - Não é cabível a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, in casu, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal.

Recurso ordinário desprovido." (RHC 111.958/RS, Rel. Minha Relatoria, Quinta turma, DJe 08/11/2019-grifei.)

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. AFASTAMENTO DA REITERAÇÃO DELITIVA. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INADMISSIBILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO AGENTE. MODUS OPERANDI. RISCO AO MEIO SOCIAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PACIENTE FORAGIDO. CONVENIÊNCIA DA

INSTRUÇÃO PROCESSUAL E SEGURANÇA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. IMPETRAÇÃO NÃO CONHECIDA.

1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. A análise das alegações relativas à ausência de reiteração delitiva, bem como de dissociação entre a palavra da vítima e das testemunhas, demandam o exame aprofundado de matéria fático-probatória, como forma de desconstituir as conclusões das instâncias ordinárias, soberanas na análise dos fatos, providência inviável de ser realizada dentro dos estreitos limites do habeas corpus, que não admite dilação probatória.

3. Considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

4. Na hipótese dos autos, a prisão preventiva foi adequadamente motivada, tendo sido demonstrada pelas instâncias ordinárias, com base em elementos extraídos dos autos, a periculosidade do paciente, que, aproveitando-se da confiança que lhe foi depositada praticou, por diversas vezes, atos libidinosos contra sua enteada - menina com 4 anos à época dos fatos e com deficiência física -, nas ocasiões em que se encontrava a sós com a vítima, fatos que demonstram risco ao meio social. **Ainda, conforme conta da decisão superveniente do Juízo de primeiro grau, a prisão preventiva do paciente se justifica, também, em razão de sua fuga logo após ter ciência da imputação, estando o mandado de prisão pendente de cumprimento há mais de 1 ano. Assim, a custódia cautelar resta devidamente fundamentada para garantia da ordem pública, para conveniência da instrução processual e para assegurar a aplicação da lei penal.**

5. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública.

6. *Habeas corpus* não conhecido." (HC 500.503/MG, Quinta turma, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, julgado em 05/11/2019, DJe 12/11/2019-grifei.)

"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. RECEPÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE DE MATERIAL TÓXICO APREENDIDO. POTENCIALIDADE LESIVA DO DELITO. GARANTIA DA ORDEM E SAÚDE PÚBLICA. HISTÓRICO CRIMINAL. PROBABILIDADE DE REITERAÇÃO DELITIVA. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CUSTÓDIA MOTIVADA E NECESSÁRIA. PERICULOSIDADE SOCIAL. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir o manejo do *habeas corpus* originário em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que foi aqui adotado, ressalvados os casos de flagrante ilegalidade, quando a ordem poderá ser concedida de ofício.

2. Não há ilegalidade na manutenção da prisão preventiva quando demonstrado, com base em fatores concretos, que a medida se mostra necessária, como forma de garantir a ordem pública, fragilizada diante da gravidade concreta da conduta incriminada e do histórico criminal do acusado.

3. Caso em que o paciente foi denunciado por tráfico de drogas e recepção, porque, no dia dos fatos, policiais militares, após receberem denúncia anônima, lograram localizar um automóvel produto de crime anterior, estacionado na casa da namorada do réu, tendo o documento de identidade deste sido encontrado no interior do veículo e, ato contínuo, em diligências efetivadas na residência do acusado, constatou-se que ele mantinha em depósito elevada quantidade de substância estupefaciente - mais de 1 tonelada de maconha - circunstâncias que evidenciam a reprovabilidade diferenciada das condutas denunciadas, autorizando a preventiva.

4. O fato de o paciente ostentar outros registros criminais e, na época dos fatos, encontrar-se cumprindo livramento condicional deferido em outra ação penal, são circunstâncias que indicam a existência do *periculum libertatis*,

demonstrando a imprescindibilidade da prisão processual, na espécie, como forma de evitar a reiteração delitiva.

5. A fuga do distrito da culpa, comprovadamente demonstrada nos autos e que perdura, é motivo que reforça a conclusão pela necessidade de manutenção da custódia antecipada do paciente, também com o fim de garantir a futura aplicação da lei penal.

6. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando a constrição se encontra justificada e mostra-se necessária, dada a potencialidade lesiva da infração, a contumácia delitiva do réu e a sua evasão do distrito da culpa, indicando que providências mais brandas não seriam suficientes para garantir a ordem pública e a futura aplicação da lei penal.

7. Habeas corpus não conhecido" (HC n. 389.579/MS, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 22/6/2017, grifei).

Ademais, a decisão vergastada registrou, ainda, que o réu é **contumaz na prática delitiva**, circunstância que também justificam a imposição da medida extrema em desfavor do paciente, para **garantia da ordem pública**, ante o risco iminente de **reiteração criminosa**.

Cito, a fim de corroborar tal entendimento, os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. TRÁFICO, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. ANOTAÇÕES PELA PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS E GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA CONSTRITIVA. RECURSO DESPROVIDO.

1. O art. 312 do Código de Processo Penal apresenta como pressupostos da prisão preventiva o periculum libertatis e o fumus commissi delicti, este caracterizado pela prova da existência do crime e indício suficiente de autoria; aquele consiste no perigo que a permanência do agente em liberdade representa para a aplicação da lei penal, para a investigação ou instrução criminal, e para a segurança da própria coletividade (ordem pública).

2. O decreto preventivo fundamentado em anotações de atos infracionais, no caso, mostra-se válido na projeção do vetor da ordem pública, segundo juízo prospectivo de reiteração delitiva.

3. Segundo reiteradas manifestações deste Superior Tribunal, a existência de inquéritos, ações penais em curso, anotações pela prática de atos infracionais ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva e, assim, constituem fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar. Precedentes do STJ.

4. A Corte local, examinando as circunstâncias do flagrante, tidas como graves pela Magistrada de primeiro grau (que mencionou a apreensão de entorpecentes e de arma de fogo), justificou a necessidade da prisão preventiva na apreensão de significativa quantidade de cocaína (100g), além de rádios comunicadores, um revólver calibre .38 carregado com seis munições e uma submetralhadora artesanal calibre 380 carregada com 13 munições, o que evidencia a gravidade em concreto da conduta, com escoro em elementos que emergem dos autos, segundo a "via de mão dupla" que marca as cautelares no Processo Penal, a cláusula rebus sic stantibus.

5. O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou no sentido de que não há ilegalidade na "custódia devidamente fundamentada na periculosidade do agravante para a ordem pública, em face do modus operandi e da gravidade em concreto da conduta" (HC 146.874 AgR, Rel. Ministro DIAS TOFFOLI, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2017, DJe 26/10/2017).

6. Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.

7. Recurso ordinário desprovido." (RHC 106.326/MG, Sexta turma, Rel. Ministra Laurita Vaz, DJe 24/04/2019-grifei.)

"PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. EXCESSO DE PRAZO. SÚMULA 52/STJ. INSTRUÇÃO PROBATÓRIA ENCERRADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1.

Havendo prova da existência do crime e indícios

suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

2. No caso dos autos, a prisão preventiva foi devidamente fundamentada na necessidade de se resguardar a ordem pública, em face da periculosidade do recorrente, pois inserido na senda criminosa, evidência que se denota pela reincidência, além de estar em curso execução de pena, de modo que a medida se destina a evitar a reiteração delitiva. 3. **"Conforme pacífica jurisprudência desta Corte, a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade"** (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/03/2019). 4. **"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo"** (Súmula 52/STJ).

5. **Recurso não provido.** (RHC 111.090/BA, Quinta turma, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, DJe 01/07/2019-grifei.)

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. POSSE IRREGULAR DE MUNIÇÕES. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE E LESIVIDADE DE DROGAS. REITERAÇÃO DELITIVA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

III - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, notadamente para a garantia da ordem pública, em razão da quantidade, variedade e lesividade dos entorpecentes apreendidos (85,8 gramas de crack e 1,5 gramas de cocaína), além da apreensão de dinheiro, balança de precisão e 20 munições de calibre .38, considerando, ainda, o envolvimento de um adolescente na prática delituosa, circunstâncias indicativas de um maior desvalor da conduta em tese perpetrada, bem como da periculosidade concreta do agente, a revelar a indispensabilidade da imposição da medida extrema na hipótese
IV - A prisão também se justifica no fato de os pacientes ostentarem registros criminais ou de atos infracionais anteriores, o que revela a probabilidade de repetição de condutas tidas por delituosas, em virtude do fundado receio de reiteração delitiva. Precedentes.

V - É iterativa a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "[...] a existência de inquéritos, ações penais em curso, anotações pela prática de atos infracionais ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva e, assim, constituem fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar.

Precedentes do STJ." (RHC 106.326/MG, Sexta Turma, Rel. Ministra Laurita Vaz, DJe 24/04/2019) VI - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese.

Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Habeas corpus não conhecido." (HC 515.026/SC, Quinta turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJe 01/08/2019-grifei)

Por fim, condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, **por si sós**, garantirem ao paciente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, **o que ocorre na hipótese.**

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso ordinário em **habeas corpus**.

P.I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator